



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
DIRECÇÃO GERAL DE IMPOSTOS

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE MAIS-VALIAS

MODELO 33

IRPC

IMPOSTO DE RENDIMENTO SOBRE PESSOAS COLECTIVAS

1 – TIPO DE DECLARAÇÃO

☐ Declaração inicial

☐ Declaração de substituição☐ Liquidação Adicional

2 – PERÍODO A QUE RESPEITA

(Mês)	(Ano)		

☐ Dentro do Prazo

☐ Fora do Prazo

3 – NÚMERO ÚNICO DE IDENTIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA (NUIT)

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Unidade de
Cobrança

Código

--	--	--	--

4 – NOME DO SUJEITO PASSIVO

5 – NOME COMERCIAL

6 – ALIENAÇÃO ONEROSA DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS E AFECAÇÃO DE QUAISQUER BENS À ACTIVIDADE PROFISSIONAL E EMPRESARIAL

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	DATA E VALOR DA REALIZAÇÃO		DATA E VALOR DA AQUISIÇÃO		COEFICIENTE DE CORREÇÃO MONETÁRIA	DESPESAS E ENCARGOS	VALOR DO GANHO
	DATA	VALOR	DATA	VALOR			
TOTAL							

7 – ALIENAÇÃO ONEROSA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL OU DE EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA, QUANDO O TRANSMITENTE NÃO SEJA O SEU TITULAR ORIGINÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	DATA E VALOR DA REALIZAÇÃO		DATA E VALOR DA AQUISIÇÃO		COEFICIENTE DE CORREÇÃO MONETÁRIA	DESPESAS E ENCARGOS	VALOR DO GANHO
	DATA	VALOR	DATA	VALOR			
TOTAL							

8 – CESSÃO ONEROSA DE POSIÇÕES CONTRACTUAIS OU OUTROS DIREITOS RELATIVOS A BENS IMÓVEIS

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	DATA E VALOR DA REALIZAÇÃO		DATA E VALOR DA AQUISIÇÃO		COEFICIENTE DE CORREÇÃO MONETÁRIA	DESPESAS E ENCARGOS	VALOR DO GANHO
	DATA	VALOR	DATA	VALOR			
TOTAL							

9 – ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	DATA E VALOR DA REALIZAÇÃO		DATA E VALOR DA AQUISIÇÃO		COEFICIENTE DE CORREÇÃO MONETÁRIA	DESPESAS E ENCARGOS	VALOR DO GANHO
	DATA	VALOR	DATA	VALOR			
TOTAL							

10 – ALIENAÇÃO ONEROSA DE ACTIVOS DE IMOBILIZADO CORPÓREO										
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	REALIZAÇÃO				AQUISIÇÃO					VALOR DO GANHO
	DATA	VALOR	ENCARGOS	VALOR LÍQUIDO	DATA	VALOR	AMORT/REINTEG.	COEFIC.	VALOR LÍQUIDO	
TOTAL										

11 - OPERAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	
IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO FINANCEIRO	RENDIMENTO LÍQUIDO POSITIVO
TOTAL	

12 - VALOR SÍNTESE DAS MAIS VALIAS APURADAS	
50% DO Quadro 6	
50% DO Quadro 7	
50% DO Quadro 8	
Quadro 9 (a).....	
Quadro 10	
Quadro 11	
TOTAL DOS RENDIMENTOS DA 3ª CATEGORIA	

(a) Deve atender – se ao número de anos de detenção dos valores mobiliários (100%, 85%, 65% ou 55% do saldo apurado, conforme o art.º 40 CIPRS)

13– AUTENTICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO	14– USO EXCLUSIVO DOS SERVIÇOS
<p>A presente declaração corresponde à verdade e não omite qualquer informação solicitada.</p> <p>Data:/...../ 20.....</p> <p>Nome:.....</p> <p>Ass:..... (Assinatura do Sujeito Passivo e carimbo)</p>	<p>Nº de Entrada</p> <p>Nº de Inserção</p> <p>Nº de referência da GARE.....</p> <p>Data:/...../ 20.....</p> <p>Nome:.....</p> <p>Ass:..... (Assinatura do Funcionário e carimbo)</p>

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Declaração de Rendimentos de Mais -valias - IRPC MODELO 33

Esta declaração deve ser preenchida com utilização de uma máquina de escrever, ou de qualquer outro processo mecânico de escrita, ou ainda através de impressora de computador se, para isso se instalarem os programas de impressão adequados.

Se tal não for de todo possível, deve utilizar-se esferográfica a escrever-se de forma bem legível.

Em cada quadrícula apenas deve ser inscrito um algarismo, devendo o valor representado por conjunto de algarismo ser encostado totalmente à direita.

Todos os valores devem ser arredondados por excesso.

QUADRO 1

O sujeito passivo deve assinalar com X na quadrícula o tipo de declaração, se for a primeira declaração, deve optar pela inicial e, em caso de declaração de correcção dos dados, deve seleccionar a opção de substituição.

QUADRO 2

O sujeito passivo deve indicar o período a que a declaração respeita e assinalar na quadrícula com X se a mesma é submetida dentro do prazo legal ou não.

QUADRO 3

O Número Único de Identificação Tributária é o atribuído pela administração tributária ao sujeito passivo através da declaração oficial e não deve ser alterado. O código deve ser da unidade de cobrança a que o sujeito passivo se encontra inscrito para efeitos de cumprimento das suas obrigações tributárias.

QUADRO 4

O sujeito passivo deve indicar o nome

QUADRO 5

Indicar a denominação social, firma ou outra designação que identifique o sujeito passivo que esteja legalmente autorizado a utilizar.

QUADRO 6

1. Direitos reais sobre bens imóveis

Na determinação das mais-valias, o valor da realização é o valor da respectiva contraprestação, prevalecendo quando superiores, os valores considerados para efeitos de liquidação do Sisa no momento da venda do imóvel. O Valor da aquisição considera-se o que tiver servido para efeitos de liquidação da Sisa no momento da compra do imóvel. Tratando-se de imóveis construídos pelo próprio sujeito passivo o valor da aquisição corresponde ao valor patrimonial inscrito na matriz. Art. 41 e 43º CIRPS

O coeficiente de correcção monetária é aprovado por despacho do Ministro que superintende a área de finanças, aplicável sempre que tenham decorrido mais de 24 meses entre a data da aquisição e a data da alienação ou afectação. Artigo 6 do Reg. CIRPS

As despesas e encargos são os referentes a valorização dos bens, comprovadamente realizados nos últimos 5 anos e as despesas inerentes a aquisição e alienação. Art.47 CIRPS

O saldo resultante da operação, positivo ou negativo, é apenas considerado em 50% do seu valor. Art. 13 e 40 CIRPS.

2. Afectação de bens do património particular à actividade empresarial e profissional do sujeito passivo

Na determinação das mais-valias, o valor da realização é o correspondente ao valor de mercado do bem à data da afectação. O Valor da aquisição considera-se ao valor do mercado à data da transferência. Art. 41 e 44 CIRPS O coeficiente de correcção monetária é aprovado por despacho do Ministro que superintende a área de finanças, sempre que tenham decorrido mais de 24 meses entre a data da aquisição e a data da alienação ou afectação. Artigo 6 do Reg. CIRPS

As despesas e encargos são os referentes a valorização dos bens, comprovadamente realizados nos últimos 5 anos e as despesas inerentes a aquisição e alienação. Art.47 CIRPS

O saldo resultante da operação, positivo ou negativo, é apenas considerado em 50% do seu valor. Art. 13 e 40 CIRPS.

QUADRO 7

1. Direitos reais sobre bens de propriedade intelectual, industrial ou experiência adquirida no sector comercial, industrial ou científico

Na determinação das mais-valias dos bens sobre os quais recaem o direito de propriedade intelectual ou industrial, ou experiência adquirida no sector

comercial, industrial ou científico, desde que o transmitente não seja o titular originário, o valor da realização corresponde ao valor da respectiva contraprestação. Art. 41, nº1, alínea c).

O valor da aquisição, quando efectuada a título oneroso, é constituído pelo preço pago pelo alienante, documentalmente provado. Art. 46 CIRPS

O ganho sujeito a IRPS é constituído pela diferença entre o valor da realização e o valor da aquisição, líquido da parte qualificada como rendimentos de capital. Art.13, nº3 alínea a)

O saldo resultante da operação, positivo ou negativo, é apenas considerado em 50% do seu valor. Art. 13 e 40 CIRPS.

QUADRO 8

1. Cessão onerosa de posições contratuais ou outros direitos relativos a bens imóveis

Na determinação das mais-valias, o valor da realização corresponde ao valor da respectiva contraprestação, prevalecendo quando superiores, os valores considerados para efeitos de liquidação do Sisa.

O valor de aquisição, quando efectuada a título oneroso, é constituído pelo preço pago pelo alienante, documentalmente provado.

O saldo resultante da operação, positivo ou negativo, é apenas considerado em 50% do seu valor. Art. 13 e 40 CIRPS.

QUADRO 9

1. Alienação onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários

O valor da realização é o valor da respectiva contraprestação. Art. 41, nº1, alínea c)

O valor aquisição, tratando-se de valores mobiliários em Bolsa, é o custo documentalmente provado ou, na sua falta, o da menor cotação verificada nos dois anos anteriores à data da alienação, se outro menos elevado não for declarado. Art. 45, alínea a)

Tratando-se de quotas ou de outros valores mobiliários não cotados em bolsa, o custo documentalmente provado ou, na sua falta, o respectivo valor nominal art.45, alínea b)

O saldo resultante da operação, positivo ou negativo, é considerado de acordo com o período de detenção das partes sociais ou outros valores mobiliários art. 40 n.º3

QUADRO 10

Este quadro é reservado ao apuramento das mais-valias resultantes da alienação onerosa do imobilizado corpóreo, o qual resulta da diferença entre o valor da realização líquido dos encargos inerentes e o valor da aquisição deduzidas as reintegrações ou amortizações praticadas, devendo ter-se em conta coeficiente de correcção monetária

QUADRO 11

O sujeito passivo deve escrever os rendimentos líquidos positivos apurados em cada ano provenientes de operações relativas a instrumentos financeiros derivados, com a excepção dos ganhos provenientes de operações de swaps cambiais da taxa de juro e swaps de divisas e de operações cambiais a prazo, desde que neste último caso haja cobertura do risco

QUADRO 12

Neste quadro deve inscrever os saldos apurados nos quadros 6, 7 e 8, tendo em conta que os mesmos, apenas são considerados em 50% do seu valor. Deve, igualmente, inscrever o saldo apurado no quadro 9 tendo em atenção o período de detenção das partes sociais e outros valores mobiliários com a excepção de mais-valias dos não residentes e sem estabelecimento estável. O saldo positivo é considerado mais-valia sujeita a tributação autónoma no momento da sua realização, com base na taxa normal, de 32% prevista no CIRPC

QUADRO 13

Indicar a data, nome do declarante, assinatura e, se aplicável, o carimbo.

QUADRO 14

Espaço a ser preenchido pelos serviços da administração tributária